

Artigo para o congresso da Ordem dos economistas de 25 e 26 de outubro de 2023

ODS e Agenda 2030, sugestões para Portugal e para a Europa

Autor: Serafim Paulo Pereira Faro, Membro da Ordem dos Economistas N° 6870

Resumo

O presente artigo pretende refletir algumas questões práticas sobre a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criados em 2015, em Nova York no âmbito de uma Assembleia Das Nações Unidas.

Para além de uma visão global sobre a mesma, destaca-se a observação e a sugestão de práticas a nível nacional e que podem ser facilmente transpostas a nível europeu, tendo em conta a nossa inserção na União Europeia, e a respetiva moldura económica, social, produtiva e legislativa vigente em todo o seu território, visando o desenvolvimento coerente, harmonioso, equilibrado e pacífico do mesmo. Estes são os pilares conhecidos da criação da mesma União Europeia.

Assim, elencam-se algumas medidas concretas mas facilmente generalizáveis a todos os setores da economia e da sociedade, com visão alterglobalista e de rutura com os padrões e paradigmas vigentes. Estes podem parecer de difícil realização, face ao conformismo e aos usos e práticas em curso na maioria do território europeu e por conseguinte nacional. Não obstante isso, são indicados meios, passando por alterações grandes ou reformas que podem viabilizar muitos, senão todos os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Introdução

Estou grato por ter sido autorizado a participar, propondo um artigo pois sou um curioso nesta matéria, por “defeito” de formação na área da Economia.

Estou igualmente agradecido ao INA por promover a apresentação e debate, de temas sensíveis, pois é a única forma de disseminar novas formas de pensamento que poderão fazer a diferença, para um mundo melhor amanhã. Agradeço ainda à minha entidade patronal, a AMA IP, a possibilidade que me propiciou de ter participado nos Webinars do Ina sobre o presente tema e que serviram de ponto de partida para o presente artigo.

De acordo com o que encontramos no portal eletrónico do Instituto Camões, de Portugal, em:

<https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030> , consultado em 30 de setembro de 2023.

A Agenda 2030, definida em 2015, visa, entre outros objetivos, a “erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.” Numa assembleia da ONU em Nova York, surgiram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, envolve os seguintes 17 objetivos:

- 1) Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
- 2) Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e melhorar a agricultura sustentável;
- 3) Garantir o acesso à saúde de qualidade, e promover o bem-estar para todos em todas as idades;
- 4) Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 5) Alcançar a igualdade do género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- 6) Garantir a sustentabilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- 7) Garantir o acesso às fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- 8) Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

- 10) Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- 11) Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- 12) Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- 13) Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- 14) Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15) Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;
- 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- 17) Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental www.unric.org/p , consultado em 30 de setembro de 2023.

Medidas concretas para alguns ODS na perspetiva de um economista:

Primeiro tema de reflexão: Igualdade do género.

Fui gestor numa empresa, onde tive que contratar um RH temporário, pois uma colega que integrava a minha equipa foi dar à luz um filho. As indicações que tive, eram de contratar igualmente uma senhora mas, com um determinado plafond salarial que, seria muito inferior ao de um trabalhador do género masculino. Perguntei o porquê e foi-me dito que, cada senhora que desse à luz um filho, custaria, mais do dobro de um trabalhador homem, tendo em conta que, além dos meses de ausência forçada, ainda teriam que ser substituídas apenas temporariamente, por trabalho interino, que ainda é mais caro.

Uma eventual solução poderia passar por uma percentagem obrigatória de admissão de cada género, mesmo nas unidades fabris. Creio que isso está teoricamente feito. Será que está a resultar?

Outras soluções podem abranger:

- a) pela sensibilização da população e dos empresários que, sem o género feminino no trabalho, sem a maternidade com condições, não será possível renovar a população, a mão de obra, inverter o envelhecimento, resolver o estrangulamento financeiro da segurança social;
- b) em conjunto com o resto da Europa, resolver a questão das migrações, oriunda do exterior do país, sobretudo de blocos comunitários externos à Europa e que tem sido criticada por algumas forças partidárias em Portugal. Os que migram são por norma os mais jovens e qualificados, logo em condições de procriar e de produzir algo com conhecimentos técnicos e científicos.

Segundo tema de reflexão: Tempo de trabalho e qualidade de vida sustentável para todos.

Aqui surge a noção de alterglobalismo. Este segundo a Infopédia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alterglobalista> , consultada em 30 de setembro de 2023, é uma política que se opõe ao modelo liberal da globalização, propondo em alternativa um regime de desenvolvimento que promova políticas de sustentabilidade ambiental, de redistribuição equitativa da riqueza, de proteção das culturas indígenas, etc.

Mais do que um pensamento alterglobalista, creio que, uma eventual solução para o paradigma vigente e cíclico das crises do sistema neoliberal, presente na maioria dos países, e sobretudo naqueles que dominam a criação e distribuição de riqueza, poderia ser o trabalho em tempo parcial e pago de forma correta quer a homens quer a senhoras.

Vejamos algo que poderá parecer utópico em Portugal mas que existe em alguns locais.

Numa situação em que haja tetos salariais (não de lucro no setor privado), para o trabalho a tempo inteiro, em que o dirigente máximo da empresa ou da organização, aufera um salário, no máximo de quatro a cinco vezes, por exemplo, o salário do trabalhador com o vencimento mais reduzido é possível criar mais empregos? Se cada emprego, fosse dividido por dois postos de trabalho a tempo parcial, poderiam resolver-se muitos problemas.

O desemprego poderia ser reduzido, sempre que necessário e possível. Haveria mais tempo livre, seja para conciliar com a vida familiar, seja para cuidar de outros interesses pessoais.

Não querendo assumir uma postura pró Karl Max (desatualizada e falida), que defendia que uma jornada de trabalho deveria permitir ter tempo para a família, para o lazer e para o descanso, promovendo uma mais justa repartição do rendimento e que aprendi com curiosidade natural de jovem estudante no ISEG. Mas, com base em outros preceitos alternativos e sobretudo de sustentabilidade, pois desta forma, poderiam eventualmente satisfazer-se as gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras em termos sociais, demográficos, económicos e outros. Ora criando dois postos a tempo parcial, ora reduzindo-os a um posto a tempo integral, consoante as necessidades do país. Isto teria que ser regulado pelo Estado, naturalmente.

O que vos parece?

Terceiro tema de reflexão: Conservar mares e oceanos para todos.

Quem não gosta de desfrutar de uma boa praia, limpa, com bandeira azul e dotada de infraestruturas ou de uma simples praia limpa e agradável, pouco frequentada, seja marítima ou fluvial?

Já pensámos contudo nas agressões aos meios aquáticos que efetuamos todos os dias?

A agricultura e outras atividades devem procurar a utilização crescente de produtos biológicos ou mais amigos do ambiente.

Os plásticos deveriam ser abandonados ainda mais rapidamente. Os sacos de compras reutilizáveis em pano de origem orgânica ou sintética, e todos os materiais que hoje utilizamos como descartáveis e de origem sintética, a partir do petróleo, podem constituir um negócio para muitos produtores florestais e outros.

No final, ao invés da poluição na produção e respetivo depósito nos mares e oceanos, a reutilização orgânica para adubos, fertilizantes, combustível para aquecimento central e de águas sanitárias, de forma sustentada e renovável, será uma vantagem para alcançar vários ODS.

Quarto tema de reflexão: Escassez de recursos naturais e alterações climáticas

Além de um consumo demasiado elevado face aos habitantes, muito baseado ainda em energias fósseis, logo não renováveis, com a criação de poluição e de efeitos de degradação da camada do ozono, do efeito de estufa, do sobreaquecimento, da subida generalizada do nível da água dos mares e oceanos, da redução da biodiversidade e do empobrecimento dos ecossistemas, entre outros, o que queremos mais?

Há semelhança da distribuição dos rendimentos do trabalho, de uma forma mais equitativa, conforme o descrito antes, a criação e o desenvolvimento de mais de mais programas de compra das matérias primas, das semitransformadas, como a pasta de papel, e dos produtos artesanais e endógenos, a preços justos e não exploratórios da mão de obra e dos recursos naturais, não apenas dos países mais pobres, mas também nos outros, pode ser a solução.

Vamos a exemplos: em 2009, uma melancia produzida em Portugal no Ladoeiro, em Castelo Branco, maior área produtora nacional, rendia ao seu produtor 7 cêntimos por kilo. A mesma melancia era depois vendida nas grandes superfícies em Portugal a 39 cêntimos por Kg. A diferença é de 5,57 vezes mais, ou se preferirem é de 557 por cento!

O mesmo se aplica ao leite, à carne, ovos e muitos outros produtos em toda a europa.

Qualquer produtor de produto industrializado ou agrícola, em qualquer cadeia de grande distribuição em Portugal e na Europa, generalista ou especializada, obtém no máximo quarenta por cento do valor de venda ao público e já não pode ser um pequeno produtor, pois não teria escala para fornecer a nível nacional e nem seria admitido na central de compras de nenhuma cadeia da grande distribuição, com exceção dos frescos e locais, apenas a nível local.

A solução além de uma maior justiça na repartição do valor acrescentado, pode passar pela criação de associações e cooperativas de produtores, de pescadores e outros. Estas entidades, dotadas de armazéns frigoríficos (vejam o caso da pera rocha do Oeste), e de uma estrutura organizada com profissionais qualificados em gestão ou microeconomia, poderiam impulsionar alguns ODS.

Muito mais se poderia dizer acerca de outros ODS e de medidas para os alcançar mais rapidamente.

Se algumas destas propostas fossem aceites por unanimidade, ou por uma maioria qualificada dos parlamentos nacionais, respeitando as respetivas constituições e que garantisse a realização das reformas legislativas necessárias, a nível para começar da Europa, acredito que seria melhor para todos.

Ainda que demore muito tempo, por via da necessidade de alterar acordos coletivos de trabalho e outras convenções, algumas internacionais, a assunção dos compromissos, em dado momento, por uma maioria parlamentar qualificada, de um compromisso pluri legislatura, pode ser a solução.

Quem consegue efetuar reformas estruturais apenas em 4 anos, sem os respetivos ónus e continuar a vencer eleições indefinidamente, sem pagar o preço de alguma eventual impopularidade?

Quais os planos estratégicos que exigem mais do que quatro anos que se podem concretizar a nível nacional e não apenas a nível autárquico e logo regional e local?

Quinto tema de reflexão: Indicadores para medir os ODS

Para finalizar, eis algumas sugestões também alterglobalistas.

É muito fácil criar e usar indicadores baseados no PIB ou no VAB, o manual de Economia de Samuelson e de Nordhaus, ainda o afirmam, mas, na prática, isso não me parece realista. É uma perspectiva demasiado macroeconómica. Para saber mais sobre esta obra e a perspectiva dos seus autores: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=rMovEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=samuelson+and+nordhaus+economics&ots=n9ioOjfTTY&sig=AFG8QPYHafY4HHFm8bdD5cehxTs&redir_esc=y#v=onepage&q=samuelson%20and%20nordhaus%20economics&f=false

Creio que seria mais realista partir da perspectiva micro para depois chegar à perspectiva macro. Seria preferível criar alguns indicadores alternativos, sem eventuais controlos fiscais que inibiriam a sua utilização por motivos óbvios e usá-los para medir por exemplo:

- + a produção de energias renováveis, produzida por cada agregado familiar ou entidade diversa. Em Kws, pois a maioria dos equipamentos novos permite esse registo.
- + quantidade de água das chuvas captada e reaproveitada por agregado familiar ou por outra entidade. Os depósitos têm medida de capacidade mesmo os construídos à medida;
- + quantidade de refeições ou de alimentos, cujo destino inicial, mediante a legislação atual, seria o “lixo”, e que acabaram por ser oferecidas, sem grandes burocracias, aos mais carentes;
- + quantidade de combustíveis em biomassa vendidos no território, com origem na floresta nacional. Medição em Kgs, metros cúbicos ou outras facilmente encontradas;
- + quantidade de combustíveis em biomassa exportados, com origem na floresta nacional;
- + valores registados nas importações de energias fósseis, por espécie e em volume;
- + número de ações de voluntariado a favor dos idosos, seja para cuidados pessoais ou domésticos (higiene, reparações domésticas, visitas de solidariedade, etc.), ensino da literacia digital nas autarquias ou associações locais, por exemplo;

+ iniciativas legislativas que permitam a entidades sem fins lucrativos, reabilitar, formar profissionalmente e vender produtos e serviços no mercado, produzidos localmente, com isenções ou outros benefícios fiscais, à semelhança de congéneres na Alemanha e na França, por exemplo. Vede para mais informações e exemplo na Alemanha: www.lebenshilfe.de ;

+ número de feiras e mercados locais, bem como de Marketplace virtuais, a nível nacional, onde se comercializem produtos artesanais ou produzidos localmente com recursos endógenos, de preferência com o “preço justo” ao seu produtor;

+ volume de negócios desses mercados locais ou regionais bem como desses Marketplace especializados em produtos artesanais ou não com recurso a recursos endógenos.

Eis algumas pistas para reflexão. Espero ter ajudado e contribuído com algo, para quem possa influenciar as decisões necessárias ao alcance dos ODS e do sucesso da Agenda 2030.

Políticas, crenças e usos e costumes, e outras formas de discriminação à parte, se algo não está bem e se precisamos mudar algo no nosso planeta, caso contrário, os nossos netos não beneficiarão da beleza natural e dos recursos que todos nós conhecemos, haja a coragem para o fazer.

Se as mudanças forem estruturais, concertadas, acordadas e globais, serão viáveis.

“Se queres alcançar um resultado que nunca tiveste, terás que fazer algo que nunca fizeste!” Célia Guimarães, Psicóloga e Terapeuta ABA